

LIMITES HISTÓRICOS E DESAFIOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

LETÍCIA PEREIRA¹

RESUMO

Neste presente artigo será abordada a complexa relação entre a presença de mulheres negras na política e alguns dos percalços enfrentados por elas. Farei uma análise histórico/teórica de raça e gênero, para expor a raiz do problema que faz com que essas mulheres estejam em um número menor se comparado a sua proporção em território brasileiro. Por fim demonstrarei em dados estatísticos as diferentes representações em candidaturas e eleitos nas eleições de 2014 e 2018.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Negras; Política; Brasil; Atualidade.

ABSTRACT

This article will tackle the complex relationship between the presence of black women in politics and some of the problems faced by them. I will make a historical/theoretical analysis of race and gender, to expose the root of the problem that causes these women to be in a smaller number when compared to their proportion in Brazilian territory. Finally, I will demonstrate in statistical data the different representations in candidates and elected in the 2014 and 2018 elections.

KEYWORDS: Black Women; Politics; Brazil; Today.

¹ Bacharela em Ciências e Humanidades pela Universidade Federal do ABC. E-mail: leticia_pereira24@live.com.
R. ÍANDE – CIÊNCIAS E HUMANIDADES. SÃO BERNARDO DO CAMPO, V. 6, N. 1. P. 87-104, JULHO/2022

INTRODUÇÃO

Mulheres negras em posição de decisão, diante de uma sociedade em que as relações sociais são construídas sobre o racismo estrutural e institucional, ainda permanece não sendo a regra, mas a exceção. O que nos leva a essa realidade é um fato de simples compreensão histórica, mas é importante entender o que faz essa situação ainda ser estática, sem grandes modificações. Segundo o IPEA, no Dossiê Mulheres Negras, “em 2009, as mulheres negras respondiam por cerca de um quarto da população brasileira. Eram quase 50 milhões de mulheres em uma população total que, naquele ano, alcançou 191,7 milhões de brasileiros(as)” (MARCONDES *et al.*, p. 19, 2013). Em contrapartida desse alto número de mulheres negras no Brasil, em algumas regiões correspondendo mais da metade da população de mulheres, “de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres negras são menos de 1% na Câmara dos Deputados. Dos 513 parlamentares, 52 são mulheres, sendo 7 negras” (GANDRA, 2018). Dessa maneira, depois de anos de pós abolição e do século XX, por que as mulheres negras ainda permanecem distantes de posições de poder e de decisão no Brasil?

De um silenciamento colonial, da escravizada Anastácia até o assassinato da vereadora Marielle Franco, em pleno século XXI, como dizem as vozes do progressismo, as mulheres negras seguem lutando por um espaço de direito em um país em que a crença popular é que todos vivemos uma igualdade de oportunidades. De classe a gênero e sexualidade, mulheres negras seguem sendo estatisticamente a base e tendo como fardo a luta pela sobrevivência de seus filhos e pelo direito de poder decidir o próprio futuro.

Neste trabalho, foram usados dois autores principais, Silvio Almeida com algumas pontuações do livro “Racismo Estrutural” e Grada Kilomba em “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano”, e mais algumas provocações de artigos e livros de pessoas como Sueli Carneiro, Angela Davis e Bell Hooks. Para análise da situação política atual das mulheres negras, foram utilizados dados do TSE e entrevistas concedidas por mulheres negras em plataformas como Youtube, acompanhando o momento político atual. O foco teórico será o Racismo Estrutural, Institucional e a interseccionalidade.

Iremos perpassar a histórica dinâmica social da população negra até o seu momento atual, pois para compreendermos esse apagamento da mulher negra na política brasileira precisamos primeiramente entender que há aqui um problema estrutural, que será analisado principalmente através da leitura de autores que buscam compreender os desafios sociais utilizando a interseccionalidade de raça e gênero.

I RACISMO ESTRUTURAL E INSTITUCIONAL

O racismo é revelado em um nível estrutural, pois pessoas negras e *People of Color*² estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestamente seus *sujeitos brancos*, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado de racismo estrutural (KILOMBA, 2019, p.77, grifo da autora).

Falar sobre racismo é falar sobre um problema social, e quando digo social aponto não como um problema a parte e/ou pontual da sociedade, mas como um problema estruturante. Pessoas negras e indígenas, mesmo após o momento de sua "libertação", continuaram enfrentando o racismo durante os diversos conflitos diários ocorridos no Brasil, e as pessoas brancas continuaram promovendo esse racismo. Não é um filme de vilão e mocinho, é algo que resulta das relações raciais ainda existentes no Brasil e em outras partes do mundo.

Em “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano”, Grada Kilomba mostra como mesmo episódios de racismos isolados, com pessoas específicas, têm ligações particulares com todos os episódios de racismo enfrentados pela população negra em qualquer lugar do mundo. Esses casos de racismos cotidianos devem ser vistos como tal e tratados como tal, como uma discriminação direta³ (ALMEIDA, 2019, p. 33) e, dependendo das leis vigentes do país em que aquela pessoa negra ou qualquer população marginalizada por características fenotípicas está, tal situação pode ser configurada como um crime. Mas compreender que há algo mais profundo nisso é entender que sempre irá haver alguma coisa que sustente tais ideias e ações, que neste caso podemos chamar de racismo estrutural e de racismo institucional.

Sobre racismo institucional:

[...] racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça (ALMEIDA, 2019, p. 37-38).

Nessa mesma visão, o autor complementa argumentando que:

As sociedades não são homogêneas, visto que são marcadas por conflitos, antagonismos e contradições que não são eliminados, mas absorvidos e mantidos sob controle por meios institucionais, como é exemplo o funcionamento do “sistema judiciário” (ALMEIDA, 2019, p. 39).

O racismo é estruturalmente naturalizado, isso significa que ele permeia nossas relações nas ações cotidianas mais comuns, como pessoas negras estarem em constante posição de subalternidade nas suas profissões, e essa naturalização também é refletida nas instituições, que direta ou indiretamente afirmam a discriminação entre raças, constituindo o racismo institucional.

² Tradução: pessoas de cor.

³ Discriminação direta pode ser entendida como um racismo explícito, em que uma pessoa passa por uma situação de tratamento diferenciado.

Quando Almeida traça os conflitos existentes no âmbito institucional, ele não só analisa a luta entre sujeitos que ambicionam um lugar de poder e que para isso adicionam nesses espaços regras e padrões que dificultam a ascensão de pessoas de outra raça (ALMEIDA, 2019, p. 41), mas ele também nos mostra que essas ações são reflexo da manutenção de uma ordem social.

Entender que o racismo é algo estruturante e institucional é olhar ao redor e perceber que mesmo o Brasil sendo um país que oculta seus problemas, com o fortalecimento de uma ideia de Brasil miscigenado e feliz, nós vemos no poder herdeiros das mentes colonialistas em diversas instituições, sempre os mesmos sobrenomes de décadas atrás, e entre as instituições, com a política não é diferente. A política sofre não só com a ausência de pessoas negras como veremos adiante, mas com poucas possibilidades de mudança realizadas por essas pessoas, fazendo com que as pessoas negras que venham alcançar a participação política se vejam num lugar de adequação às normas e regras estabelecidas, impossibilitando mudanças consideradas emergenciais para a população que seus projetos venham a representar.

Os lugares de liderança na política vêm sofrendo modificações por políticas de gênero, com a ascensão de mulheres, em sua maioria brancas, mas no quesito racial ainda enfrentamos grandes dificuldades. As relações sociais ainda são baseadas em privilégios estruturalmente estabelecidos, seja na economia, na política ou na subjetividade, como aponta Silvio Almeida (2019), e isso não só nos dá uma resposta sobre a situação atual de mulheres negras na política como também da população negra como um todo.

O assassinato de pessoas negras nas periferias e o encarceramento em massa são pautas que exemplificam que ainda vivemos sob uma perspectiva colonial e de perseguição contra a população negra e indígena, tornando importante e urgente revisões constitucionais que adotem a promoção da igualdade racial. E ter representantes dessas minorias que possam direcionar com qualidade e fundamento esses debates é essencial. Por isso, é importante percebermos que a ideia de neutralidade em relação ao fazer política se torna uma falácia, pois uma pessoa que assume uma posição política, assume com a ideia de representar os seus iguais e conservar seus privilégios sejam eles quais forem. Dessa forma, é extremamente importante uma política que seja representada por pessoas diversas ou continuaremos naturalizando as posições pré-estabelecidas e vendo o quanto a desigualdade pode impor limitações a alguns e seguridades a outros: “As instituições, como parte da sociedade, também carregam em si os conflitos existentes na sociedade [...] também são atravessadas por lutas entre indivíduos e grupos que querem assumir o controle da instituição.” (ALMEIDA, 2019, p. 39).

O exemplo citado do encarceramento em massa é um espelho de toda essa subrepresentatividade e pouca importância que se dá à população negra no que diz respeito à sua sobrevivência. Na população carcerária brasileira, 67% são pessoas negras (ALMEIDA; R. IANDE – CIÊNCIAS E HUMANIDADES. SÃO BERNARDO DO CAMPO, V. 6, N. 1. P. 87-104, JULHO/2022

MARIANI, 2017), isso em um país em que temos 41,5% de população carcerária presa provisoriamente e aguardando julgamento (DEPEN, 2019), causando superlotação e outras desumanidades que nos remete a um navio negreiro e que nos aproxima da necropolítica teorizada por Achille Mbembe (2018), pois no final das contas o Estado (majoritariamente representado por pessoas brancas) decide quem vive e quem morre, seja na prisão ou nas favelas com balas perdidas atingindo crianças e suas famílias.

É importante apontarmos que mesmo após a garantia do direito ao voto em 1934, a violência contra a população negra permaneceu no Brasil. Com isso, constatamos que ocupar posições de poder, ter representatividade⁴ em todas as instâncias sociais, adquirir propriedades e estar presente em decisões finais, nunca será suficiente se com isso não se buscar compreender e se dar espaço à transformação da estrutura social.

2 GÊNERO, RAÇA E POLÍTICA

Entre os anos de 2007 e 2017 o número de mulheres negras mortas subiu 29,9%, enquanto o de mulheres não negras subiu 4,5%, segundo o Atlas da Violência de 2019:

Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%. Considerando apenas o último ano disponível, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2 a cada 100 mil mulheres não negras, ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres neste grupo (CERQUEIRA *et al.*, 2019, p. 38).

O fenômeno amplamente conhecido ainda não foi amplamente colocado como, talvez, uma das pautas principais das políticas públicas de violência, e isso se torna claro quando se vê uma diminuição da taxa de homicídio de mulheres não negras em comparação com o aumento da taxa das mulheres negras. “*Mulheres negras*”, esse termo tão usado faz sentido até que ponto? Ou ainda podemos repetir como Sojourner Truth “... e não sou eu mulher?” (HOOKS, 2014, p. 115).

A natureza feminina é uma construção social, assim como a fragilidade da mulher dentre tantos outros estereótipos ligados à feminilidade e também à masculinidade. Mas quando falamos sobre fragilidade, de que mulher estamos falando? O que vem à sua mente? Acredito que não seja uma mulher negra. Vamos então mudar a palavra e pensar em um outro estereótipo constantemente usado para um grupo de mulheres específico: a força. Esse estereótipo de que a mulher negra aguenta muitas coisas por ser mais forte vem sendo um dos seus fardos, pois para cada violência e responsabilidades impostas a elas, existe a ideia de força como impulsionadora e isso a eleva a uma condição de desumanidade.

⁴ Representatividade vem sendo um conceito constantemente usado por grupos vistos como minorias sociais, e isso está ligado justamente à presença inexistente dessas pessoas em vários espaços como o político, midiático, de decisão, entre outros.

Podemos trazer exemplos práticos disso além do aumento do homicídio, como as denúncias e posteriores pesquisas pouco debatidas entre a população brasileira, da violência obstétrica sofrida por mulheres e principalmente negras, que durante o parto são consideradas fortes o suficiente para o não recebimento de anestésicos ou como forma de agilizar o parto, são feitos os popularmente conhecidos “pontos do marido”, causado por um corte chamado episiotomia, que é feito por médicos abaixo da vagina sem ser pedida a autorização a mulher, para que o corpo do bebê passe⁵.

É importante uma contextualização real dos enfrentamentos vividos por mulheres negras para que possamos refletir em como pensar políticas que enfrentam esses tipos de violência quando temos uma falta dessas mulheres em espaços de decisão política para que possam trazer o debate sobre ao menos serem donas de seus corpos. Poderíamos dissertar sobre como o machismo fere diretamente a existência das mulheres, mas ao falarmos das mulheres negras falamos de outras opressões que juntas as impedem de sobreviver ou ter uma vida minimamente saudável. E quem é que na política atual fala sobre isso? Não temos grandes representantes que chamem a atenção para um problema que afeta mais de 25% da população brasileira.

“A relação entre mulher negra e poder é um tema praticamente inexistente. Falar dele é, então, como falar do ausente” (CARNEIRO, 2009, p. 1). Carneiro aponta diversas maneiras de, enfim, a mulher negra estar presente nas instâncias de decisão e de poder, em contraste com a posição de subalternidade que ainda asseguram. Mas a quem interessa isso? Obviamente às mulheres negras. Mas e aos sujeitos que se encontram nessa posição de prestígio e poder? Perder esse lugar seria perder esse privilégio e tantos outros que a estrutura racista vem “cedendo”. Essa valorização sobre corpos brancos e sua naturalizada posição em instâncias políticas de poder é consequência da desvalorização de corpos negros e sua inferiorização relacionada à possibilidade de estar apto a decisões. Quando pensamos na construção do ser “negro”, para podermos desvendar a sua estrutura, esquecemos que também houve uma construção do ser “branco”, e a importância de se entender a “branquitude”⁶ se torna essencial quando percebemos que não só as pessoas negras devem ser protagonistas dessas possíveis modificações estruturais, mas toda a sociedade.

E quando pensamos nas relações raciais apontando diretamente gênero, vemos o quanto existem disparidades entre homens e mulheres brancas e negras. As conhecidas ondas feministas que ocorreram durante o século XX em países europeus, revelam a luta de mulheres por direitos em uma “sociedade de homens” que decidiram que a posição delas era de cuidado do lar e da família e que estava abaixo da posição deles, de poder. Mas quando pensamos em mulheres e feminismo no

⁵ Ver Leal *et al.*, 2017.

⁶ O conceito de Branquitude foi inicialmente discutido por autores como W. E. B. Du Bois, Franz Fanon, Steve Biko, entre outros, e hoje é difundido a partir da ideia de que quando falamos de relações raciais não devemos nos limitar a entender somente a atuação de pessoas negras, mas também o papel das pessoas brancas enquanto sujeitos ativos dessa relação.

século XX de que mulheres estamos falando? Não é difícil compreender que falamos de maneira majoritária de mulheres brancas. As mulheres negras viviam um momento de distanciamento e superação do período escravocrata e ao mesmo tempo viviam ainda momentos de exploração e de um racismo que era resumido em violência.

Quando muitas mulheres brancas iam para a luta por direitos, mulheres negras cuidavam dos filhos dessas “senhoras” e de suas casas para que elas pudessem ir à luta por uma igualdade entre, o que ficou claro anos depois e com os dados que serão apresentados a seguir, pessoas brancas. Esses dados não são levantados de maneira inédita, é fácil encontrá-los em escritos da filósofa Angela Davis, como em “Mulheres, raça e classe”, mas ressalto a importância de lembrar tais fatos históricos porque eles estão diretamente ligados a relações sociais vividas hoje no Brasil, pois mesmo que houvessem diferenças nos movimentos de outros países, a face racista da história persistiu com características particulares em ambos os países.

As razões de rendimentos combinadas por cor ou raça e sexo mostram diferentes resultados comparativos. Destaca-se a vantagem dos homens brancos sobre os demais grupos populacionais, sendo que a maior distância de rendimentos ocorre quando comparados às mulheres pretas ou pardas, que recebem menos da metade do que os homens brancos auferem (44,4%). O segundo grupo de maior vantagem é o da mulher branca, que possui rendimentos superiores não só aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos dos homens dessa cor ou raça (razões de 58,6% e 74,1%, respectivamente). Os homens pretos ou pardos, por sua vez, possuem rendimentos superiores somente aos das mulheres dessa mesma cor ou raça (razão de 79,1%, a maior entre as combinações) (IBGE, 2019, p. 3).

A desigualdade salarial é reflexo de algo que alguns movimentos feministas decidiram debater a princípio de forma secundária em suas conceituações⁷. Porém, ainda hoje ao pensarmos em uma pirâmide que nos mostre essa situação, desconsiderando apenas as particularidades do grupo LGBTQIA+, vemos o homem branco no topo, seguido de mulheres brancas, na sequência homens negros e na base as mulheres negras.

Pensar na intersecção⁸ gênero e raça nos mostra o quanto a questão de gênero vai muito além de mulheres líderes e emancipadas, temos atualmente isso ocorrendo de forma mais intensa do que no século XX, mas é crucial entendermos que tais avanços se diferem se pensarmos as mulheres e suas diversidades. Grada Kilomba expõe dois conceitos que nos ajudarão a acentuar o quanto gênero, raça e classe, podem nos apresentar que os problemas vividos por pessoas diversas merecem uma atenção e conceituação menos universalista.

O primeiro conceito é o de sororidade⁹ entre mulheres. Como podemos universalizar a cumplicidade entre mulheres, se ao pensarmos na estrutura hierárquica atual, mulheres brancas

⁷ Ver: Capítulo 4 - Racismo do movimento sufragista feminino em “Mulheres, raça e classe” (DAVIS, 2016).

⁸ O conceito de interseccionalidade de gênero e raça pode ser entendido como duas discriminações que operam juntas e que as experiências das mulheres negras não podem ser definidas em uma única discriminação, como apresenta Kimberle Crenshaw em “A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero”.

⁹ Conceito ainda recente no Brasil, tem origem nos movimentos feministas e vem do latim “sórór”, que significa “irmã”. R. IANDE – CIÊNCIAS E HUMANIDADES. SÃO BERNARDO DO CAMPO, V. 6, N. 1. P. 87-104, JULHO/2022

continuam sendo privilegiadas socialmente? A sororidade pode até acontecer, mas até um limite, e esse limite diz respeito à negação de pessoas brancas e por isso de mulheres brancas da compreensão do seu racismo. Perceber que existe uma intersecção entre raça e gênero, não é identificar que as opressões e explorações se encontram niveladas ou que uma se sobrepõe a outra. No caso de mulheres negras, elas se entrecruzam (KILOMBA, 2019, p. 98).

O segundo conceito é patriarcado¹⁰. Esse conceito indica basicamente que existe um domínio de homens sobre mulheres, esse domínio ocorre para além de uma relação machista e violenta, ele é identificado em estruturas de poder em que existe um privilégio de homens sobre mulheres. Mas de que homens falamos? O homem negro não vem sendo privilegiado por esta estrutura patriarcal. O poder monetário vem sendo privilégio de homens e mulheres brancas, como vimos anteriormente. Mais uma vez a incoerência da universalização das vivências de gênero vem sendo insatisfatória ao se pontuar a experiência racial. Ainda que seja de suma importância pontuar a pouca representatividade de mulheres na política, precisamos analisar que o quesito raça vem para nos fazer refletir sobre essa dicotomia homem/mulher e nos fazer ir além, pensando homens e mulheres brancos e negros, seus desafios e suas particularidades.

3 MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA BRASILEIRA ATUAL

Lidar com dados que enumerem a atuação de pessoas negras na política brasileira é algo muito recente. No TSE, passou a valer apenas nas eleições de 2014 a autodeclaração racial dos candidatos registrados, “ao contrário do que ocorre com a variável gênero, devidamente indexada nos arquivos do TSE” (CAMPOS, 2015, p. 700). Isso não só comprova a secundarização da representação racial, como também nos mostra o porquê do atraso na implementação de políticas raciais e no atraso de políticas públicas que abarquem as emergências desse grupo minorizado.

Pensar em representação na política brasileira diante das nossas relações sociais, nos leva a entender o porquê da falta de políticas públicas que auxiliem no enfrentamento da pobreza e da violência que perpassa a população negra, quantificada em dados estatísticos. A importância da representatividade se dá justamente porque essas pessoas que antes eram consideradas inadequadas para participar ativamente da política, não conseguiam levar seus problemas cotidianos a partir da sua perspectiva e se viam ignoradas, e seus problemas iam sendo, como já apresentado, naturalizados e sem resoluções. Voz e espaço eram praticamente inexistentes para esses e tantos outros grupos minoritários.

O debate sobre representatividade é bem complexo, mas é importante apenas nos limitarmos ao seu significado mais geral, que é a expressão de interesses em comum de determinado grupo por

¹⁰ Patriarcado é um conceito adotado por feministas durante os anos 1970 e basicamente se refere a uma dominação masculina e exploração feminina que vai além de algo individual, configurando-se em algo sistêmico.

seu/sua representante. Mas com o tempo também percebeu-se que não bastava só representatividade (ou um/uma representante), era necessário proporcionalidade e transformação na estrutura. A lógica de que apenas uma pessoa negra ocupando um espaço político construído e constituído por uma maioria branca que pensa as relações a partir de um lugar de poder privilegiado e que não reflete sobre esses seus privilégios, torna penoso grandes avanços da/do sujeito negro que se vê nessa posição de busca por mudanças estruturais na sociedade.

Pensando ainda que a participação política das pessoas negras foi também influenciada em alguns momentos por “concessões” de uma branquitude acrílica (CARDOSO, 2010) (aquela que pensa a sua identidade racial como um lugar privilegiado e que não enxerga o racismo como um problema) que não consideravam a vivência particular dessas pessoas negras que vinham de uma desigualdade social, percebe-se que essas concessões não tinham o intuito de incluir essas pessoas, mas de diminuir possíveis descontentamentos que poderiam gerar questionamentos sociais. A ideia de se aproximar de uma pessoa considerada minoria para usá-la como exemplo de progresso institucional é até hoje usada estrategicamente por instituições, mas no fundo o que muitas vezes prevalece é um silenciamento da pessoa envolvida ou pouca aceitação das suas críticas. Grada Kilomba busca isso nas relações raciais do período colonial em que pessoas negras tinham sua boca amarrada como a conhecida “escrava Anastácia” e ela indaga “O que poderia o sujeito negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca tapada? E o que sujeito branco teria de ouvir?” (KILOMBA, 2019, p. 41), mostrando que o incômodo causado com a entrada de uma grande proporção de pessoas negras em um mesmo nível de poder poderia causar uma confrontação aos privilégios estabelecidos e com verdades que Grada chama de “reprimidas” por sujeitos brancos.

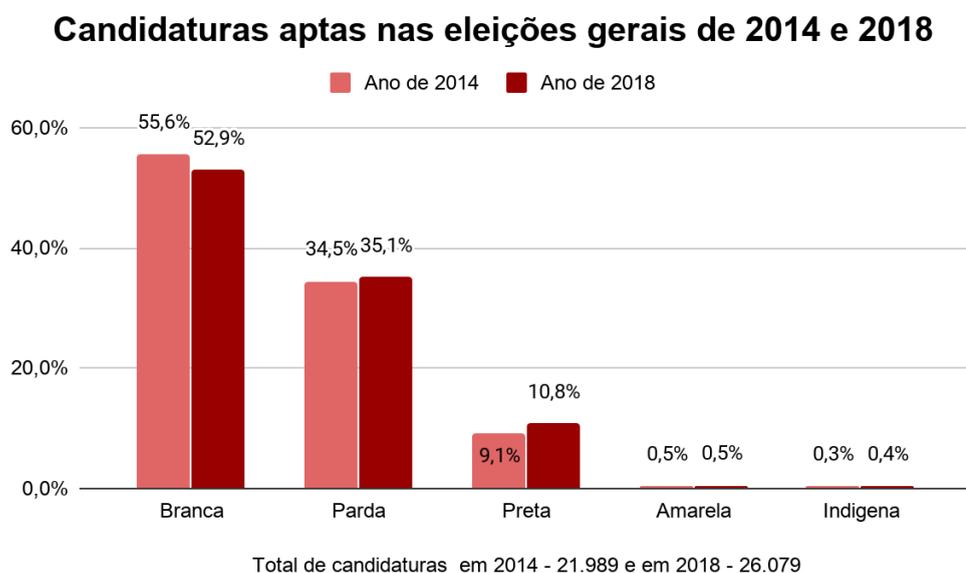
Com a proximidade da abolição da escravização de pessoas, em 1881, uma reforma eleitoral no Império, conhecida como Lei Saraiva, aboliu o voto do analfabeto. Muitos historiadores fazem uma conexão entre a Lei Saraiva e a abolição, tendo em vista que a grande massa de negros egressos do cativeiro era de analfabetos, que estariam, assim, excluídos do processo eleitoral (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2013).

Quando falamos de mulheres negras na política vigente entramos em um ponto crítico na política “dos homens”. A participação feminina, como já trabalhado anteriormente, foi uma conquista através de grandes enfrentamentos. Mas se nos aprofundarmos no fator racial teremos o resultado de que homens negros e mulheres negras não vivem uma igualdade racial com homens brancos e mulheres brancas, e diante do exposto falamos também sobre poder.

Apresentarei alguns dados que foram colhidos no site oficial do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e que nos mostram quantitativamente o que vivemos na prática. Todos esses dados, segundo o TSE, “apresentam quantitativos da cor/raça com a qual os candidatos a cargos eletivos se identificam, tal como declarado pelos postulantes nos pedidos de registros de candidaturas” (TSE,

2019), então iremos, a partir desses dados que considero seguros para fazer tais relações, demonstrar em números todos os problemas identificados ao longo do artigo. Antes farei algumas ressalvas, iremos analisar o gênero masculino e feminino dos seguintes grupos raciais: pretos, brancos e pardos. Não irei analisar os amarelos e a população indígena por considerar que tais grupos merecem uma escrita única assim como a da população negra, mas ressalto que da população indígena, nos dois anos analisados, houve apenas um representante eleito, isso pode ser uma das explicações do porque a população indígena também enfrenta falta de políticas públicas e por isso ainda hoje sofre com extermínios.

Figura 1

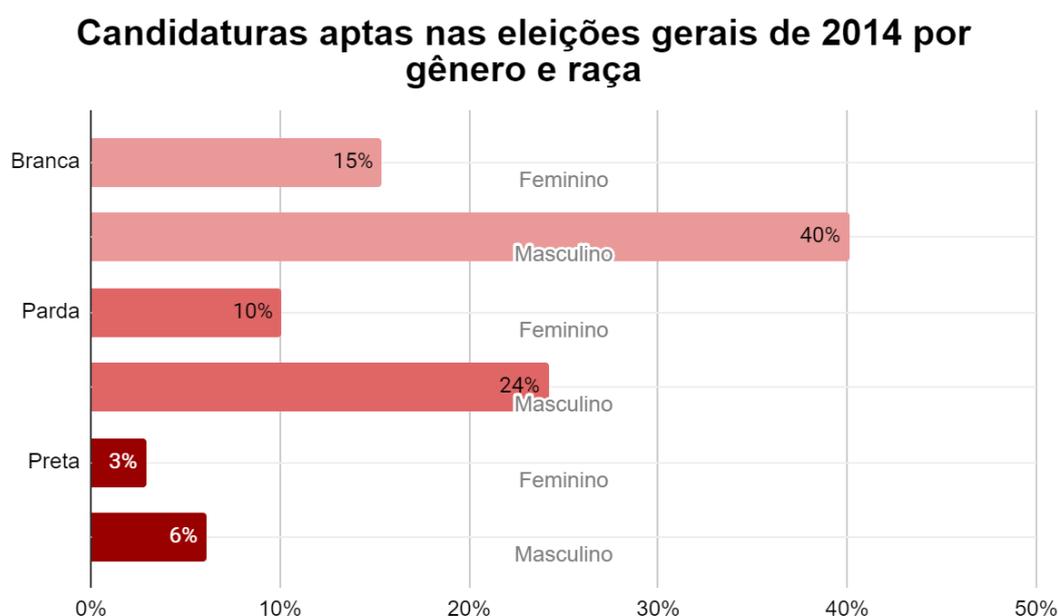


Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE

Os dois anos escolhidos foram 2014, referente aos dados da Figura 1, e 2018. A escolha se fez para que não houvesse disparidades, visto que foram os dois anos com eleições nos mesmos cargos, o que não ocorreu em 2016. Ficamos então com as eleições gerais de 2014 e 2018 para os seguintes cargos: Presidente, Vice-presidente, Governador, Vice-governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital, Senador 1º Suplente, Senador 2º Suplente. Não teremos um foco em nenhum cargo específico, analisaremos todos conjuntamente. E por último, mas não menos importante, irei em alguns momentos identificar as pessoas pardas e pretas na categoria “negros”. Preferi manter a análise gráfica com os dados disponibilizados pelo TSE, mas iremos em alguns momentos usar a identificação “brancos” e “negros”, pois vivemos no Brasil. Um outro impasse está relacionado a algo que eu não vou aprofundar, mas que é extremamente importante para analisarmos os dados quantitativos, é identidade.

Considerando que os dados do último censo do IBGE, temos no Brasil 45% de pessoas pardas e 9% de pessoas pretas, iremos considerar 54% de negros(as) enquanto temos 45% de brancos(as) (PNAD, 2015). Mas é importante ressaltar que isso vem mudando: o número de pessoas que se autodeclararam pretas vem aumentando e nos últimos sete anos aumentou em 32% a população que se declara preta (SILVEIRA, 2019).

Figura 2



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE

A partir da Figura 1, já conseguimos visualizar as candidaturas consideradas aptas nos anos de 2014 e 2018, para eleições gerais e, a partir disso, conseguimos visualizar o número baixo de pessoas negras, mas mais determinante é fazermos esse filtro considerando o gênero, como vemos na Figura 2. Podemos visualizar que a partir do recorte gênero/raça os homens brancos estão na frente nas candidaturas em 40%, enquanto os homens negros estão em 30%, as mulheres brancas em 15%, e as mulheres negras em 13%. Se considerarmos apenas aquelas que se autodeclararam pretas, temos apenas 3% de candidatas. Já conseguimos presumir que a representatividade feminina é muito baixa, mas se considerarmos dessas representantes apenas as mulheres pretas, ela é quase inexistente.

No documentário “Tão poucas ou quase nenhuma: Mulheres Negras na Política”, de 2015, com direção de Aline Lourena e Amanda Faustino (LOURENA; FAUSTINO, 2015), é possível analisar relatos de mulheres negras na política antes dos anos 2000. Os dilemas enfrentados por elas começam já nas candidaturas, com relatos de partidos políticos convidando essas mulheres com o fim de preencher a legenda e poder eleger candidatos, até relatos de pouco ou nenhum

financiamento à candidatura. Algumas mulheres encontraram no movimento negro e principalmente no movimento de mulheres negras ajuda para conseguir financiar sua candidatura, visto que as possibilidades dos partidos realizarem isso eram quase nulas: as pessoas que seriam eleitas já tinham “nome” ou podemos chamar de poder, desde financeiro até familiar, uma herança colonial que enfrentamos.

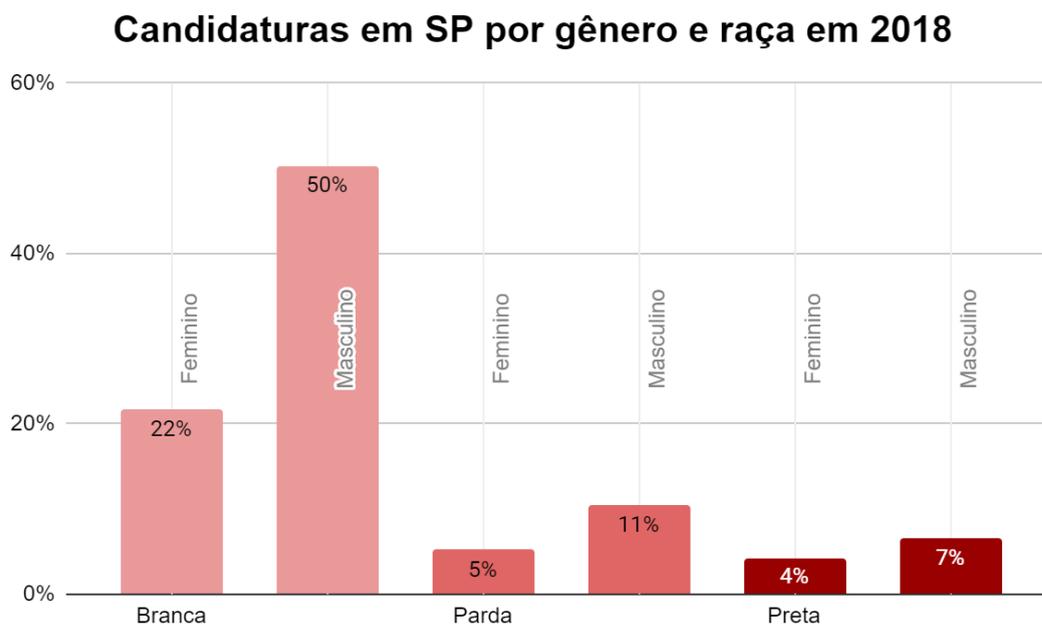
Isso com certeza influencia no fortalecimento e na eleição dessas mulheres, pois não necessariamente pessoas pretas votam em pessoas pretas, se fosse assim, seriam maioria, e esse é um dos mitos que grupos de fortalecimento a essas candidatas, como o “Mulheres Negras Decidem” buscam contra-argumentar, mitos que tentam explicar essa pouca representação, mas que são analiticamente incoerentes, pessoas votam em candidatos fortalecidos já desde sua campanha. Um desses mitos pode nos fazer pensar sobre a articulação das mulheres negras na política institucional, muitos se apoderam desse argumento para explicar a falta de mulheres negras na política, como se nunca houvesse interesse dessas mulheres em participar.

A tentativa de diálogo com a política institucional ao longo da história é bem forte. Gerações e gerações de mulheres negras buscaram criar suas carreiras nesses espaços. Um bom exemplo foi a atuação de mulheres negras no processo de redemocratização, protagonizando as agendas dos movimentos negros na constituinte. No estado do Rio de Janeiro, mulheres negras ativistas participam de processos eleitorais desde o início da redemocratização. Como foram o caso de Lélia Gonzalez, Benedita da Silva, Jurema Batista e Marielle Franco (MULHERES NEGRAS DECIDEM, 2020).¹¹

Outra argumentação que tenta validar o número baixo de pessoas negras na política é o fato de que alguns estados brasileiros têm o número de pessoas brancas maior do que o de pessoas negras, o que não considero ser a raiz do problema. Podemos sim ter um número maior de pessoas brancas em determinados estados, mas a quantidade de pessoas negras que se candidatam ou mesmo são eleitas não se deve a esse fato. Abaixo faço uma comparação entre os estados da Bahia, em que 82% da população se autodeclara negra (PNAD, 2015), e o estado de São Paulo, em que 32% da população se considera negra (PNAD, 2015), com as candidaturas aptas nas eleições gerais de 2018.

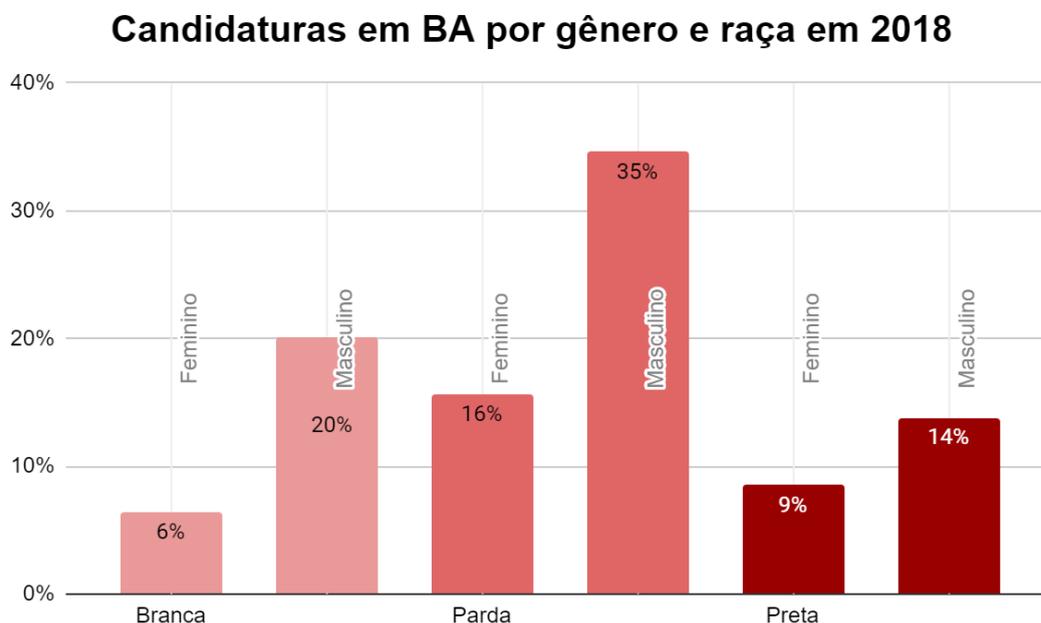
¹¹ Série de respostas a mitos, compartilhados na plataforma das criadoras do Mulheres Negras Decidem
R. IANDE – CIÊNCIAS E HUMANIDADES. SÃO BERNARDO DO CAMPO, V. 6, N. 1. P. 87-104, JULHO/2022

Figura 3



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE

Figura 4

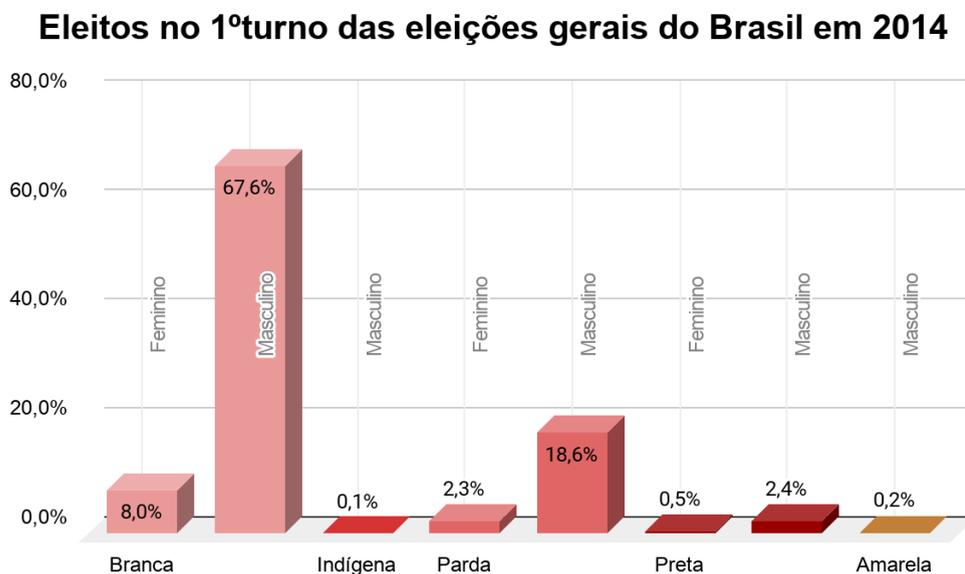


Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE

Podemos observar a partir das Figuras 3 e 4 que as mulheres que se autodeclaram pretas continuam estando em um número menor em comparação aos homens brancos, estes estando abaixo apenas dos homens pardos na Bahia. Mulheres negras continuam sendo minoria, sendo no caso

apenas da Bahia que as mulheres brancas se encontram em menor número. No estado de São Paulo, uma das maiores metrópoles do país, os homens brancos se encontram em um número muito maior em relação à disputa de cargos.

Figura 5

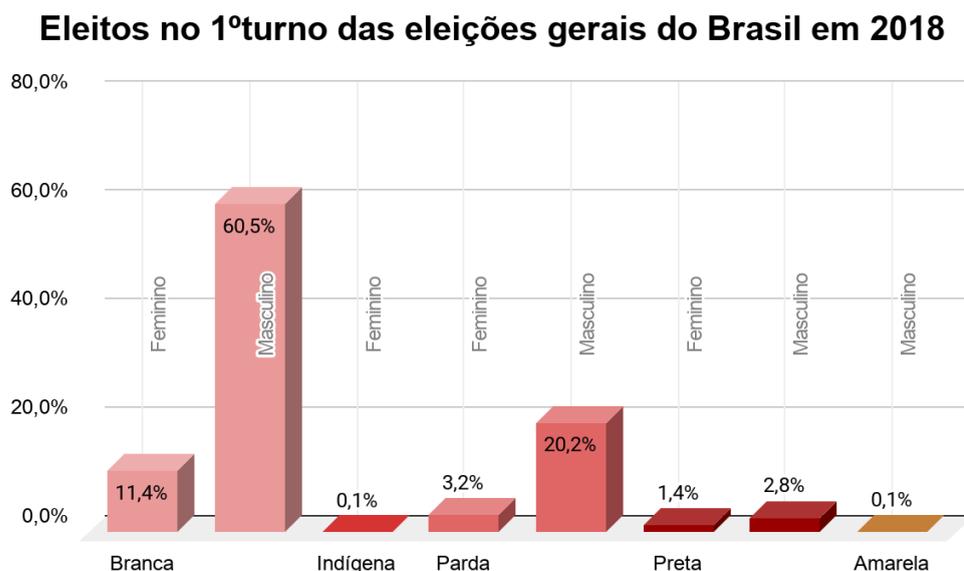


Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE

Pensando agora em termos de decisão, podemos ver o resultado de todas essas candidaturas. Visto que mulheres negras têm problemas com financiamento e até mesmo com um preparo anterior às suas candidaturas, quantas foram eleitas? As Figuras 5 e 6 nos mostram que, como esperado, poucas mulheres negras são eleitas no Brasil e, mesmo elas compondo mais de 25% da população brasileira, ainda são 2% do congresso (MULHERES NEGRAS DECIDEM, 2020).

Mulheres que se autodeclararam pretas compõem menos de 1% dos eleitos no primeiro turno das eleições gerais de 2014, já em 2018, com um pequeno aumento, elas compõem 1,4% das eleitas no primeiro turno das eleições, ao lado dos 2,8% de homens pretos. De forma geral, as mulheres negras (pretas e pardas) são 4,6% das eleitas no primeiro turno, já as mulheres brancas são 11,4%. Todas estão abaixo dos homens brancos, que de 2014 a 2018 diminuiu em 7%, mas continua sendo 60% das pessoas eleitas no primeiro turno das eleições gerais brasileiras.

Figura 6



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE

Vemos que mais do que se pensar em políticas de equidade de gênero se faz necessário pensar a condição inexistente de pessoas negras em posições de poder e o quanto a falta de se decidir sobre suas próprias vidas e futuros geram em seu cotidiano diversos problemas de enfrentamento a uma naturalização de suas posições, que nada mais são do que sequelas de um passado que não nos permitimos, todos, rever, problematizar e ressignificar. Voltemos ao que Kilomba (2019) nos trás e refletamos sobre a linguagem e a naturalização daquilo que afeta diretamente determinados grupos e, conseqüentemente, a sociedade como um todo:

Experiencia-se o presente como se estivesse no passado. Por um lado, cenas coloniais (o passado) são reencenadas através do racismo cotidiano (o presente) e, por outro lado, o racismo cotidiano (o presente) remonta cenas do colonialismo (o passado). A ferida do presente ainda é a ferida do passado e vice-versa; o passado e o presente entrelaçam-se como resultado (KILOMBA, 2019, p. 158).

Pudemos ver até o momento (início de 2022) a eleição de mulheres negras e mulheres trans negras de forma significativa se compararmos ao nosso histórico. Em São Paulo, tivemos a eleição de uma mulher negra e trans, a Érica Malunguinho. É importante, novamente, lembrarmos que o ser mulher vai para além do que a sociedade se limita a construir, as mulheres trans se encontram em uma maior vulnerabilidade e com uma expectativa de vida que beira aos 35 anos, “apesar de não haver estudos sistemáticos sobre a expectativa de vida das travestis e transexuais femininas, Antunes (2013) afirma que a expectativa de vida desta população seja de 35 anos de idade, enquanto a da população brasileira em geral, é de 74,9 anos (IBGE, 2013).” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020, p. 32). Quem pensaria políticas de combate a essa violência se não uma pessoa

R. IANDE – CIÊNCIAS E HUMANIDADES. SÃO BERNARDO DO CAMPO, V. 6, N. 1. P. 87-104, JULHO/2022

que as vive e pode compor de forma mais objetiva políticas que as enfrentam? Nos últimos anos não tivemos grandes nomes de pessoas eleitas que apontaram para essa causa. A representação política se faz urgente.

Outros nomes de mulheres negras eleitas em 2018, como Taliria Petrone no Rio de Janeiro, Áurea Carolina em Minas Gerais e Olívia Santana na Bahia, entre outras, nos mostram o quanto o projeto que essas mulheres apresentam para a população nos acende uma reflexão de que algumas vidas estavam sendo priorizadas em detrimento de outras e que não cabe mais esse tipo de prática em um campo que consideramos democrático.

CONCLUSÃO

Redigir algo que respeite as individualidades de um grupo específico e ao mesmo tempo trazer à tona problemas compartilhados demonstra a complexidade que é ser mulher negra e toda a sua história ao lado de um povo explorado. E pensar nessas mulheres não é apagar os outros gêneros e raças, mas entender que enquanto base elas carregam de forma variada dilemas sociais que podem se tornar grandes fardos em suas existências. Mas, para além disso, é perceptível tudo que se foi construído mesmo diante desses impasses, com o presente e constante fortalecimento dessas vozes.

O que nos faz pensar, o que falta? Para uma maior entrada de mulheres negras na política é fato que não falta vontade e sim investimento em candidaturas, formação política, respeito diante de suas expressões e, acima de tudo, transformação estrutural, institucional e psíquica de toda a sociedade sobre uma das nossas mais pesadas heranças históricas, o racismo. O que não faltam também são convites, convites para que essa transformação não seja feita por um único indivíduo, mesmo que tenhamos nossas próprias aspirações. Tornar não apenas esse número de mulheres negras na política maior, mas transformar uma instituição que por décadas vem sendo um dos impedimentos para que essa população, enfim, tenha sua liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rodolfo; MARIANI, Daniel. Qual o perfil da população carcerária brasileira: Indicadores de gênero, raça, escolaridade e nacionalidade nos presídios e na população brasileira. **Nexo Jornal**, 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/01/18/Qual-o-perfil-da-popula%C3%A7%C3%A3o-caarcer%C3%A1ria-brasileira>. Acesso em: 24 maio 2020.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. 1. edição. São Paulo: Pólen; Sueli Carneiro, 2019.
- ANTUNES, Pedro Paulo. **Travestis envelhecem?** São Paulo: Annablume, 2013
- BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.
- CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana De Ciencias Sociales, Niñez Y Juventud**, Manizales, v. 8, n. 1, p. 607–630, 2010. Disponível em: <https://revistaumanizales.cinde.org.co/rllcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/70>. Acesso em: 22 jul. 2022.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009.
- CAMPOS, Luiz Augusto. Socialismo moreno, conservadorismo pálido? Cor e recrutamento de candidaturas nas duas maiores cidades brasileiras. **DADOS: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 689-719, 2015.
- CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da violência 2019**. Rio de Janeiro: IPEA-FBSP, 2019.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: dezembro de 2019. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 14 jun. 2020.
- MULHERES NEGRAS DECIDEM. **Diagnóstico**. 2020. Disponível em: <https://mulheresnegrasdecidem.org/mitos>. Acesso em: 14 de jun. 2020.
- GANDRA, Alana. Mulheres negras se mobilizam para ampliar presença na política. **Agência Brasil**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-07/mulheres-negras-se-mobilizam-para-ampliar-presenca-na-politica>. Acesso em: 14 jun. 2020
- HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher**: mulheres negras e feminismo. Tradução livre para a Plataforma Gueto, 2014.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e pesquisas**: Informação demográfica e socioeconômica, Rio de Janeiro, n. 41, p. 1-12, 2019. Disponível em:
- R. IANDE – CIÊNCIAS E HUMANIDADES. SÃO BERNARDO DO CAMPO, V. 6, N. 1. P. 87-104, JULHO/2022*

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 24 maio 2020.

IBGE EDUCA. **Cor ou raça**. IBGE educa. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 9 maio 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. 1. edição. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEAL, Maria do Carmo *et al.* A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. Sup 1:e00078816, p. 1-17, 2017

LOURENA, Aline; FAUSTINO, Amanda. **Tão poucas ou quase nenhuma**: mulheres negras na política. 2015. (20m35s) Disponível em: <https://youtu.be/-q8nXRXXK9Q>. Acesso em: 24 maio 2020.

MARCONDES, Mariana Mazzini *et al.* **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013.

PNAD. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: PNAD 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 1. edição. São Paulo: Editora N-1 Edições, 2018.

SILVEIRA, Daniel. **Em sete anos, aumenta em 32% a população que se declara preta no Brasil**. G1. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/22/em-sete-anos-aumenta-em-32percent-a-populacao-que-se-declara-preta-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 24 maio 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleitor e eleições**: Estatísticas eleitorais. 2019. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 2 maio 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Série Inclusão**: antes excluídos, hoje índios e negros participam ativamente do processo eleitoral. 2013. Disponível em: <https://tse.jusbrasil.com.br/noticias/100467692/serie-inclusao-antes-excluidos-hoje-indios-e-negros-participam-ativamente-do-processo-eleitoral>. Acesso em: 17 abr. 2020.